



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio diário das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá/SC, mediante fornecimento de mão de obra, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à adequada execução dos serviços, conforme especificações, periodicidade, critérios de qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Os serviços serão executados na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, localizada na Rua 01, nº 157, Centro, no município de Itá/SC, abrangendo área aproximada de 511,56m², compreendendo áreas internas com piso frio e espaços livres, áreas externas pavimentadas adjacentes à edificação e esquadrias sem exposição à situação de risco.

1.3. A presente contratação caracteriza-se como prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, inexistindo disponibilização exclusiva e permanente de empregado da contratada à Administração.

1.4. Considerando que os serviços serão prestados com carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais, verifica-se que a execução contratual não demandará dedicação exclusiva de mão de obra.

1.5. A contratada poderá compartilhar seus recursos humanos e operacionais com outros contratos, desde que assegurado o integral cumprimento da carga horária, das rotinas de execução, dos níveis de qualidade exigidos e da



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

disponibilidade necessária ao atendimento das demandas da Câmara Municipal.

1.6. Não haverá exigência de permanência integral ou disponibilidade exclusiva de empregados vinculados ao contrato, tampouco alocação exclusiva de recursos materiais, circunstâncias que afastam a caracterização de dedicação exclusiva de mão de obra.

1.7. O modelo adotado mostra-se compatível com a natureza, dimensão e baixa complexidade do objeto, observando os princípios da economicidade, eficiência e proporcionalidade.

1.8. A execução dos serviços deverá ocorrer mediante disponibilização de 1 (um) servente de limpeza, com enquadramento no CBO 5143-20, para prestação dos serviços com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 4 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, sem previsão de realização de horas extras ou adicionais noturnos.

1.9. A contratação será realizada em item único, correspondente à prestação mensal dos serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio predial, pelo período inicial de 12 (doze) meses.

1.10. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstradas a vantajosidade para a Administração, a manutenção da necessidade pública, a disponibilidade orçamentária e o regular cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

1.11. A contratada deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, sanitária, ambiental e de segurança do trabalho aplicável à execução contratual, bem como cumprir integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho vigente aplicável à categoria profissional vinculada à prestação dos serviços.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

1.12. A execução contratual ocorrerá sob o regime de empreitada por preço global mensal, considerando-se a adequada execução integral dos serviços contratados, observada a carga horária mínima prevista neste Termo de Referência.

Quadro de trabalhadores e carga horária de trabalho		
Função	Quantidade de funcionários	Carga horária
Servente – CBO 5143	1	20 horas semanais

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS:

2.1. A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborado pela Câmara Municipal de Vereadores de Itá, vinculado ao Processo Administrativo nº 020/2026 e ao Pregão Eletrônico nº 001/2026, no qual foram analisadas a necessidade administrativa, as alternativas disponíveis no mercado e a viabilidade técnica e econômica da solução adotada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. O Estudo Técnico Preliminar concluiu pela viabilidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio predial, considerando a necessidade permanente de manutenção das condições adequadas de higiene, salubridade, organização e conservação das dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Itá.

2.3. O ETP demonstrou, ainda, que a solução adotada se mostra técnica e economicamente mais adequada ao interesse público, especialmente diante da inexistência de recursos humanos suficientes para execução contínua das atividades, bem como em razão da natureza contínua e essencial dos serviços pretendidos.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

2.4. O Estudo Técnico Preliminar integra a fase preparatória da contratação e encontra-se devidamente anexado a este processo administrativo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A descrição detalhada da solução adotada, incluindo a análise das alternativas disponíveis, justificativa técnica e econômica da contratação, características da execução dos serviços e demais aspectos relacionados ao ciclo de vida do objeto, encontra-se devidamente demonstrada nos itens 8 e 9 do Estudo Técnico Preliminar – ETP, integrante da fase preparatória da presente contratação.

3.2. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá/SC, mediante fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, supervisão técnica e demais recursos necessários à adequada execução contratual.

3.3. Os serviços serão executados na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Itá/SC, abrangendo área aproximada de 511,56 m², compreendendo ambientes administrativos, plenário, sanitários, áreas de circulação, áreas externas pavimentadas e esquadrias, observadas as rotinas, periodicidades e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

3.4. A execução contratual compreenderá a realização de atividades rotineiras e periódicas de limpeza e conservação predial, incluindo, dentre outras, a limpeza e higienização de pisos, sanitários, mobiliários, equipamentos, áreas de circulação, escadas, recepção, plenário, esquadrias sem exposição à situação de risco, áreas externas pavimentadas, remoção de resíduos, retirada de pó e demais atividades necessárias à manutenção das condições adequadas de higiene, organização, salubridade e conservação patrimonial.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

3.5. A contratação será executada mediante disponibilização de 01 (um) servente de limpeza, enquadrado no CBO 5143-20, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 4 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, sem previsão de horas extras ou adicional noturno.

3.6. Considerando as características do objeto, a área abrangida pelos serviços e a carga horária estimada para execução das atividades, a contratação caracteriza-se como prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, podendo a contratada compartilhar recursos humanos e operacionais com outros contratos, desde que assegurada a integral execução dos serviços contratados.

3.7. Caberá à contratada o fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços, bem como a supervisão dos profissionais empregados na execução contratual, observando integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, tributária, ambiental, sanitária e de segurança e medicina do trabalho aplicável.

3.8. Os materiais de consumo e produtos de limpeza utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela Câmara Municipal de Vereadores de Itá, competindo à contratada sua correta utilização, armazenamento e aplicação, observadas as orientações dos fabricantes e as normas de segurança pertinentes.

3.9. Durante toda a execução contratual, a contratada deverá garantir a continuidade da prestação dos serviços, promovendo a substituição imediata de profissionais ausentes, afastados ou impedidos de exercer suas atividades, de forma a não comprometer o regular funcionamento das atividades legislativas e administrativas.

3.10. A solução adotada busca assegurar a manutenção permanente das condições de higiene, limpeza, organização, salubridade e conservação das instalações da Câmara Municipal, contribuindo para a preservação do patrimônio público, para a saúde e bem-estar dos usuários e para o adequado funcionamento



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

das atividades institucionais.

3.11. Considerando todo o ciclo de vida do objeto, a contratação contempla as fases de mobilização, execução, fiscalização, substituição de profissionais quando necessária e encerramento contratual, cabendo à contratada manter, durante toda a vigência, as condições técnicas, operacionais e legais exigidas para a adequada prestação dos serviços.

3.12. Ao final da vigência contratual, a contratada deverá garantir a adequada transição contratual, promovendo a regular quitação das obrigações trabalhistas relativas aos empregados vinculados à execução dos serviços, bem como a imediata retirada dos equipamentos de sua propriedade eventualmente utilizados na execução contratual, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Os requisitos da presente contratação encontram-se fundamentados no Estudo Técnico Preliminar – ETP, devendo a execução contratual observar integralmente as disposições do referido Estudo, deste Termo de Referência, do Edital, do contrato administrativo, da Lei Federal nº 14.133/2021, da Convenção Coletiva de Trabalho vigente aplicável à categoria profissional, das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho e das demais normas legais aplicáveis à prestação dos serviços.

4.2. A presente contratação caracteriza-se como prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, inexistindo disponibilização exclusiva e permanente de empregado da contratada à Administração.

4.3. Considerando que os serviços serão prestados com carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais, verifica-se que a execução contratual não demandará dedicação exclusiva de mão de obra.

4.4. A contratada poderá compartilhar seus recursos humanos e operacionais com outros contratos, desde que assegurado o integral cumprimento da carga horária, das rotinas de execução, dos níveis de qualidade exigidos e da



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

disponibilidade necessária ao atendimento das demandas da Câmara Municipal.

4.5. Não haverá exigência de permanência integral ou disponibilidade exclusiva de empregados vinculados ao contrato, tampouco alocação exclusiva de recursos materiais, circunstâncias que afastam a caracterização de dedicação exclusiva de mão de obra.

4.6. O modelo adotado mostra-se compatível com a natureza, dimensão e baixa complexidade do objeto, observando os princípios da economicidade, eficiência e proporcionalidade.

4.7. Requisitos Gerais da Contratação:

4.7.1. A empresa deverá possuir atividade econômica compatível com o objeto da contratação, devendo constar em seu contrato social vigente, como atividade econômica principal ou secundária, Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE relacionada à prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial;

4.7.2. Não será admitida a contratação de pessoa física para execução do objeto.

4.7.3. A vedação justifica-se pela natureza dos serviços pretendidos, que demandam organização empresarial mínima para gestão, supervisão e execução contínua das atividades contratadas, bem como capacidade operacional para disponibilização de mão de obra, substituição de profissionais em caso de ausências, fornecimento de equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, observância das normas de segurança e medicina do trabalho e cumprimento das obrigações legais inerentes à prestação dos serviços.

4.7.4. A execução contratual exige, ainda, que a contratada possua estrutura administrativa apta a assumir integralmente os riscos, responsabilidades e encargos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e de segurança do trabalho, assegurando a continuidade da execução contratual e a adequada satisfação do interesse público.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

4.7.5. Dessa forma, a contratação de pessoa jurídica mostra-se a solução mais adequada para garantir a regularidade, a eficiência, a continuidade e a segurança jurídica da contratação, compatibilizando-se com as características e complexidade operacional do objeto pretendido.

4.7.6. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, tendo em vista que a execução dos serviços exige controle direto da contratada sobre os profissionais disponibilizados, supervisão permanente das atividades, padronização dos procedimentos operacionais e responsabilidade integral pela qualidade dos serviços prestados;

4.7.7. A vedação à subcontratação busca evitar a transferência indevida de responsabilidades contratuais, prejuízos à fiscalização administrativa, fragmentação da execução dos serviços, riscos de descontinuidade contratual e eventuais dificuldades relacionadas ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

4.7.8. A contratada deverá executar diretamente os serviços por meio de seus próprios empregados, devidamente registrados, uniformizados, capacitados e supervisionados, responsabilizando-se integralmente pela execução contratual e pelo cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais decorrentes da prestação dos serviços;

4.7.9. A contratação ocorrerá por item único, sob regime de empreitada por preço global mensal;

4.7.10. A empresa deverá manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

4.7.11. A contratada deverá indicar formalmente preposto responsável pela execução contratual e pelo atendimento das demandas da Administração durante toda a vigência do contrato;

4.7.12. Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço;



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

4.7.13. A empresa contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), adotando as medidas necessárias para proteção de eventuais dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução contratual;

4.7.14. Ainda, a contratada deverá orientar seus empregados quanto ao dever de sigilo e proteção de dados eventualmente acessados durante a execução contratual, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de tratamento inadequado de dados pessoais.

4.7.15. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade compatíveis com as diretrizes previstas na legislação vigente e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente quanto à utilização racional de recursos, correta destinação de resíduos, redução de desperdícios e utilização adequada de produtos e materiais utilizados na execução contratual;

4.7.16. Na composição dos preços ofertados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução contratual, compreendendo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais, transporte, alimentação, uniformes, equipamentos de proteção individual – EPIs, ferramentas, supervisão, administração, seguros e quaisquer outras despesas incidentes sobre a prestação dos serviços;

4.7.17. Considerando as conclusões constantes em parecer jurídico e nos documentos técnicos que instruem o processo, as atividades objeto da presente contratação compreendem a limpeza e higienização de sanitários de uso coletivo, com recolhimento de resíduos, circunstância que enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo (40%), nos termos da legislação trabalhista aplicável, da Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego e da jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho. Assim, as licitantes deverão considerar referido adicional na composição de seus custos e na formulação das propostas, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento para fins de reequilíbrio econômico-financeiro;



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

4.7.18. Alegações posteriores relacionadas ao desconhecimento das condições locais, das características da edificação, das exigências contratuais ou das condições necessárias à execução do objeto não serão admitidas como fundamento para descumprimento contratual, solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro ou quaisquer outros questionamentos relacionados à execução dos serviços.

4.8. Requisitos da Execução dos Serviços:

4.8.1. A prestação dos serviços será composta por 01 (um) servente de limpeza, enquadrado no Código Brasileiro de Ocupações – CBO nº 5143-20;

4.8.2. A carga horária será de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 04 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, sem previsão de realização de horas extras ou adicionais noturnos;

4.8.3. Os serviços serão executados na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Itá/SC, localizada na Rua 01, nº 157, Centro, abrangendo área aproximada de 511,56 m², compreendendo áreas internas com piso frio e espaços livres, salas administrativas, banheiros, áreas de circulação, áreas externas pavimentadas adjacentes à edificação e esquadrias sem exposição à situação de risco;

4.8.4. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, habilitados, uniformizados e supervisionados diretamente pela contratada, utilizando-se equipamentos, ferramentas e técnicas adequadas à perfeita execução das atividades, observando-se rigorosamente as normas técnicas, sanitárias, trabalhistas e legais vigentes;

4.8.5. Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram no regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal;



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

4.8.6. Os profissionais vinculados à execução contratual deverão observar conduta compatível com o ambiente institucional da Câmara Municipal, mantendo urbanidade, discrição, organização, sigilo funcional, disciplina e respeito às normas internas da Administração;

4.8.7. É vedada a utilização dos empregados da contratada em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação;

4.8.8. A contratada deverá garantir a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela substituição de empregados ausentes, afastados, licenciados ou impossibilitados de exercer suas atividades, sem prejuízo à execução contratual;

4.8.9. A contratada deverá substituir qualquer empregado que apresentar conduta inadequada, descumprir normas internas da Administração, demonstrar desempenho insuficiente, causar transtornos à execução contratual, ausentar-se injustificadamente ou cuja permanência seja considerada inadequada pela fiscalização contratual, desde que devidamente justificado;

4.8.10. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos causados ao patrimônio da Administração ou de terceiros em decorrência da execução contratual.

4.9. Requisitos Relativos aos Empregados:

4.9.1. Os serviços deverão ser executados por empregados devidamente registrados pela contratada, aptos física e tecnicamente ao desempenho das atividades contratadas;

4.9.2. O profissional disponibilizado deverá possuir escolaridade mínima correspondente ao Ensino Fundamental completo;

4.9.3. Os exames médicos admissionais, periódicos e demais exigidos pela legislação trabalhista e de segurança do trabalho deverão permanecer atualizados durante toda a execução contratual;



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

4.9.4. Os empregados deverão apresentar-se devidamente uniformizados, identificados e em adequadas condições de higiene e apresentação pessoal;

4.9.5. A contratada deverá fornecer orientação, treinamento e supervisão adequada aos profissionais disponibilizados para execução dos serviços;

4.9.6. A contratada deverá registrar e controlar a assiduidade, pontualidade e jornada de trabalho dos empregados vinculados à execução contratual, observando integralmente a legislação trabalhista aplicável e mantendo os respectivos registros à disposição da fiscalização contratual sempre que solicitado.

4.10. Dos Equipamentos, EPIs e Materiais:

4.10.1. A contratada deverá fornecer, durante toda a execução contratual, todos os equipamentos, ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à adequada e segura execução dos serviços;

4.10.2. Os equipamentos e EPIs deverão permanecer em perfeitas condições de conservação, funcionamento e utilização, observando-se integralmente as normas regulamentadoras aplicáveis à segurança e medicina do trabalho;

4.10.3. Conforme a necessidade das atividades desempenhadas, deverão ser fornecidos equipamentos de proteção adequados, incluindo luvas, máscaras, óculos de proteção, aventais impermeáveis, calçados antiderrapantes e demais equipamentos necessários à execução segura dos serviços;

4.10.4. A contratada deverá orientar, fiscalizar e exigir a correta utilização dos EPIs pelos empregados vinculados à execução contratual;

4.10.5. Os materiais de limpeza e demais materiais de consumo utilizados na execução das atividades serão fornecidos pela Câmara Municipal de Vereadores de Itá;

4.10.6. A contratada deverá zelar pelos materiais, móveis, instalações e equipamentos existentes nas dependências da Câmara Municipal, responsabilizando-se pelos danos eventualmente causados por seus empregados durante a execução contratual.



**República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

4.11. Requisitos Trabalhistas, Previdenciários e de Segurança do Trabalho:

4.11.1. A contratada deverá observar integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho vigente aplicável à categoria profissional envolvida na execução dos serviços;

4.11.2. A empresa será integralmente responsável pelo pagamento de salários, benefícios, adicionais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, fundiários e comerciais decorrentes da execução contratual, incluindo insalubridade;

4.11.3. Considerando as conclusões constantes em parecer jurídico e nos documentos técnicos que instruem o processo, as atividades objeto da presente contratação compreendem a limpeza e higienização de sanitários de uso coletivo, com recolhimento de resíduos, circunstância que enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo (40%), nos termos da legislação trabalhista aplicável, da Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego e da jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho. Assim, as licitantes deverão considerar referido adicional na composição de seus custos e na formulação das propostas, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento para fins de reequilíbrio econômico-financeiro;

4.11.4. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fundiários, fiscais, tributários e comerciais decorrentes da execução contratual, inclusive quanto às obrigações relacionadas à segurança e medicina do trabalho;

4.11.5. A empresa deverá responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento de vale-transporte, vale-alimentação e demais benefícios eventualmente previstos em lei ou em norma coletiva;



**República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

4.11.6. A contratada deverá cumprir integralmente as normas regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho, adotando todas as medidas necessárias à prevenção de acidentes e proteção dos trabalhadores;

4.11.7. Caberá exclusivamente à contratada a responsabilidade pela gestão, supervisão, disciplina e direção técnica de seus empregados, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre os trabalhadores disponibilizados e a Câmara Municipal de Vereadores de Itá;

4.11.8. A contratada deverá apresentar mensalmente, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e fundiária exigidos pela Administração, incluindo comprovante de inscrição e situação cadastral ativa no CNPJ, Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade do FGTS – CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, sem prejuízo de outros documentos eventualmente exigidos pela fiscalização contratual;

4.11.9. A contratada permanecerá responsável, inclusive após o encerramento da vigência contratual, por quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou indenizatórias decorrentes da execução do contrato, respondendo integralmente pelos ônus eventualmente apurados em demandas administrativas ou judiciais relacionadas aos empregados vinculados à prestação dos serviços;

4.11.10 A contratada deverá cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras – NRs expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego aplicáveis às atividades executadas, especialmente aquelas relacionadas ao fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, prevenção de acidentes e promoção da saúde ocupacional.

4.12. Da Qualificação Técnica:

4.12.1. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica emitido por pessoa



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis em características com o objeto da contratação;

4.12.2. A Administração poderá realizar diligências destinadas à verificação da autenticidade das informações apresentadas e da efetiva capacidade operacional da licitante;

4.12.3. A empresa deverá possuir cadastro ativo e regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, além de apresentar toda a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigida na legislação vigente e no edital.

4.13. Da Visita Técnica:

4.13.1. Deverá ser apresentada declaração de realização de vistoria prévia, conforme condições previstas no edital ou declaração de pleno conhecimento das condições locais de execução dos serviços, de modo que a realização de vistoria prévia no local de execução dos serviços será facultativa aos licitantes;

4.13.2. Os interessados poderão realizar visita técnica mediante prévio agendamento junto à Câmara Municipal de Vereadores de Itá, em horário de expediente administrativo;

4.13.3. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como fundamento para alegação de desconhecimento das condições locais, dificuldades operacionais, erro na formulação da proposta ou solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos que poderiam ter sido previamente verificados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. Os serviços, objeto da presente contratação, deverão ser iniciados em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, prazo no qual a contratada deverá providenciar toda a estrutura necessária à adequada execução contratual, incluindo disponibilização de mão de obra,



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

equipamentos, ferramentas, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à prestação dos serviços.

5.2. A execução contratual ocorrerá de forma contínua, mediante prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio predial das dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, observando-se as rotinas, periodicidades, padrões mínimos de qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato administrativo.

5.3. Os serviços serão executados na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Itá/SC, localizada na Rua 01, nº 157, Centro, abrangendo área aproximada de 511,56 m², distribuída da seguinte forma:

Item	Descrição	Andar	Metragem (M²) aproximada
1	Hall de Entrada	Térreo	50 m ²
2	Sala 1 / Recepção	Térreo	15 m ²
3	Sala 2	Térreo	8 m ²
4	Depósito	Térreo	2 m ²
5	Arquivo/Lavanderia	Térreo	21 m ²
6	Cozinha	Térreo	9 m ²
7	Plenário	Térreo	156 m ²
8	Sala de som	Térreo	2 m ²
9	Banheiro masculino	Térreo	6 m ²
10	Banheiro feminino	Térreo	6 m ²
11	Banheiro adaptado	Térreo	3 m ²
12	Área de circulação	Térreo	7 m ²
13	Garagem	Térreo	21 m ²
14	Escada	Térreo	15 m ²
15	Calçadas	Térreo	47 m ²
16	Recepção/Espera	1º Andar	13 m ²



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

17	Banheiro feminino	1º Andar	3 m²
18	Banheiro masculino	1º Andar	2 m²
19	Sala 3	1º Andar	9 m²
20	Depósito	1º Andar	2 m²
21	Circulação	1º Andar	15 m²
22	Sala de reuniões	1º Andar	22 m²
23	Sala 4	1º Andar	21 m²
24	Sala 5	1º Andar	14 m²
25	Esquadrias	Térreo /1º Andar	60,00 m²

5.4. As áreas abrangidas pela contratação classificam-se como áreas internas com piso frio e espaços livres, áreas externas pavimentadas adjacentes à edificação e esquadrias sem exposição à situação de risco.

5.5. A prestação dos serviços ocorrerá mediante disponibilização de 01 (um) servente de limpeza, enquadrado no CBO nº 5143-20, para execução das atividades com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 04 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, sem previsão de realização de horas extras ou adicionais noturnos.

5.6. A contratada deverá garantir a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela substituição de empregados ausentes, afastados, licenciados ou impossibilitados de exercer suas atividades, sem prejuízo à adequada execução contratual.

5.7. A contratada deverá indicar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e atendimento das demandas da Administração, mantendo comunicação permanente com o fiscal do contrato designado pela Câmara Municipal.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

5.8. Rotina de limpeza:

5.8.1. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, observando-se critérios de qualidade, eficiência, salubridade, conservação do patrimônio público e adequado funcionamento das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Vereadores de Itá/SC.

5.8.2. Para fins de padronização e melhor definição das rotinas previstas neste instrumento, os serviços de limpeza poderão ser classificados da seguinte forma:

5.8.2.1. Limpeza de manutenção: compreende as atividades rotineiras e contínuas destinadas à conservação diária das condições básicas de higiene, organização e limpeza dos ambientes.

5.8.2.2. Limpeza detalhada ou limpeza completa: compreende os serviços executados com maior grau de profundidade e detalhamento, destinados à remoção de sujeiras acumuladas e à higienização mais abrangente dos ambientes e mobiliários.

5.8.3. Serviços diários:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Organizar e proceder a limpeza de manutenção de todos os ambientes da Câmara de Vereadores, em especial o plenário e o hall de entrada.
2	Proceder a limpeza de manutenção de sanitários, incluindo lavatórios, vasos sanitários, mictórios, papeleiras, espelhos e metais sanitários.
3	Esvaziar lixeiras dos banheiros, cozinha e demais ambientes.
4	Repor sabonete líquido, papel higiênico e papel toalha nos sanitários e papel toalha na cozinha.
5	Manter a limpeza e organização da cozinha ao lavar, secar e guardar louças, limpar cafeteiras, remover lixos e higienizar pia e fogão.
6	Manter a limpeza e organização da área de serviço ao higienizar e guardar os materiais utilizados para a limpeza do dia.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

7	Varrer/aspirar e passar pano úmido nos pisos da cozinha, área de serviço e banheiro.
8	Recolher o lixo comum e reciclável ao final do expediente, providenciando a destinação correta.

5.8.4. Serviços semanais, que deverão ser realizados de duas a três vezes ou quando solicitado:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Varrer/aspirar e passar pano úmido nos pisos do hall de entrada, plenário, salas de trabalho, depósitos, corredores e demais dependências.
2	Esfregar escadas.
3	Esfregar sanitários, incluindo lavatórios, vasos sanitários, mictórios, papeladeiras, espelhos, metais sanitários e pisos.
4	Retirar e substituir os sacos de lixo das lixeiras internas.
5	Organizar geladeira e armários da cozinha.
6	Lavar, estender, recolher, dobrar e guardar panos.
7	Manter limpas e organizadas as áreas externas imediatas, como acessos e calçadas.

5.8.5. Serviços semanais, que deverão ser realizados uma vez ou quando solicitado:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Remover com um pano úmido o pó de mesas, cadeiras, armários, balcões, prateleiras e demais mobiliários.
2	Limpar maçanetas, interruptores, corrimãos, guarda-corpos e superfícies de contato frequente.
3	Aspirar carpetes, tapetes e capachos, quando houver.
4	Limpar portas de vidros e divisórias de vidro internas.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

5	Limpar divisórias dos banheiros.
6	Retirar e substituir os sacos de lixo das lixeiras externas e dar a devida destinação.
7	Proceder limpeza detalhada de áreas externas.

5.8.6. Serviços quinzenais:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Higienizar cadeiras, poltronas e mobiliários estofados.
2	Limpar interna e externamente esquadrias, caixilhos e vidros de janelas acessíveis, sem exposição à situação de risco.
3	Realizar limpeza detalhada dos pisos, com esfregão, água e produto adequado.
4	Limpar externa e internamente, quando possível, eletrodomésticos como cafeteiras, geladeira, forno, micro-ondas, filtro de água e máquina de lavar.

5.8.7. Serviços mensais:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Retirar sujeiras e teias de aranha de paredes, cantos, teto e beirais do lado externo das janelas.
2	Remover ou afastar caixas, móveis, eletrodomésticos e demais mobiliários que dificultem a adequada higienização do ambiente, a fim de possibilitar a limpeza do piso sob tais itens.
3	Realizar limpeza das portas, batentes, rodapés e paredes laváveis.
4	Remover as sujeiras da parte externa de tomadas, luminárias, ventiladores e demais superfícies superiores.
5	Realizar a limpeza detalhada de papeleiras, objetos decorativos, quadros, vasos de flores e demais itens ornamentais.
6	Limpar e organizar a parte interna do armário da cozinha.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

7	Limpar persianas e eventuais cortinas.
8	Lavar com água e produtos/materiais adequados carpetes, tapetes e capachos, quando houver.
9	Higienizar lixeiras e recipientes de resíduos.

5.8.8. Serviços bimensais:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Limpar e organizar internamente armários baixos, gavetas e prateleiras.

5.8.9. Serviços semestrais:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Lavar/higienizar bandeiras, observando os cuidados necessários quanto ao tipo de tecido, a fim de não as danificar.
2	Proceder a lavagem completa e pesada das áreas externas.
3	Limpar e organizar internamente depósitos, arquivos e armários altos.

5.8.10. Observações gerais:

5.8.10.1. Ressalta-se que a Câmara Municipal de Vereadores de Itá/SC possui estrutura administrativa reduzida, com número limitado de servidores e baixo fluxo diário de pessoas em suas dependências, circunstâncias que influenciam diretamente na demanda pelos serviços de limpeza e conservação.

5.8.10.2. Além disso, o uso dos ambientes ocorre predominantemente em horário comercial, havendo maior circulação de pessoas em ocasiões específicas, como sessões legislativas, reuniões e eventos institucionais.

5.8.10.3. Os serviços deverão ser executados sem causar prejuízo ao funcionamento das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Vereadores de Itá/SC, observando-se a organização dos ambientes e a continuidade das atividades institucionais.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

5.8.10.4. A contratada deverá utilizar produtos, materiais e equipamentos adequados a cada tipo de superfície e serviço executado.

5.8.10.5. Fica vedada a utilização de produtos corrosivos, inflamáveis ou inadequados que possam causar danos ao patrimônio público ou colocar em risco a integridade física dos usuários e trabalhadores, salvo mediante autorização expressa da fiscalização contratual.

5.8.10.6. As periodicidades previstas neste cronograma constituem frequência mínima obrigatória, podendo a fiscalização do contrato exigir reforço, repetição, complementação ou adequação dos serviços sempre que constatada necessidade para manutenção das condições adequadas de limpeza, higiene, conservação e asseio das dependências da Câmara Municipal.

5.8.10.7. Sempre que houver sessões legislativas, audiências públicas, solenidades, reuniões ou eventos institucionais, a contratada deverá assegurar a adequada limpeza e organização dos ambientes antes e após sua realização, conforme orientação da fiscalização contratual.

5.8.10.8. Os serviços deverão ser executados com zelo, urbanidade, eficiência e discrição, sendo vedada qualquer conduta incompatível com o ambiente institucional da Câmara Municipal.

5.9. Equipamentos, Uniformes e EPIs:

5.9.1. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas, utensílios, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à adequada e segura execução dos serviços.

5.9.2. Os uniformes deverão ser entregues aos empregados no primeiro dia da prestação dos serviços, em perfeitas condições de uso, conservação e identificação visual da empresa contratada.

5.9.3. Os uniformes, equipamentos e EPIs deverão permanecer em perfeitas condições de utilização durante toda a execução contratual, cabendo à contratada providenciar imediata substituição sempre que necessário.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

5.9.4. A contratada deverá orientar, fiscalizar e exigir a correta utilização dos EPIs pelos empregados vinculados à execução contratual, observando integralmente as normas regulamentadoras aplicáveis à segurança e medicina do trabalho.

5.9.5. Os materiais de limpeza e demais materiais de consumo utilizados na execução das atividades serão fornecidos pela Câmara Municipal de Vereadores de Itá.

5.9.6. Todavia, a contratada deverá orientar o empregado vinculado à execução contratual para que informe à fiscalização do contrato, preferencialmente de forma mensal e sempre em tempo hábil, a necessidade de reposição de materiais de limpeza, higiene e consumo fornecidos pela Câmara Municipal, de modo a evitar desabastecimento e prejuízo à adequada execução dos serviços.

5.10. Padrões de Qualidade da Execução:

5.10.1. Os serviços deverão ser executados com observância dos princípios da eficiência, continuidade, economicidade, segurança, higiene, urbanidade e boa técnica administrativa, garantindo-se a adequada conservação, limpeza, organização e salubridade das dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Itá.

5.10.2. A contratada deverá observar rigorosamente as recomendações dos fabricantes dos produtos, equipamentos e materiais eventualmente utilizados, bem como as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis à execução contratual.

5.10.3. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma organizada, contínua e compatível com o ambiente institucional da Câmara Municipal, devendo os profissionais vinculados à execução contratual manter conduta pautada pela urbanidade, discrição, respeito, organização, sigilo funcional e observância das normas internas da Administração.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

5.10.4. A contratada deverá orientar os empregados vinculados à execução contratual para que se abstenham da realização de atividades estranhas ao objeto da contratação durante a jornada de trabalho, sendo vedada a execução de tarefas particulares, pessoais ou incompatíveis com as atribuições relacionadas aos serviços contratados.

5.10.5. A contratada deverá atender com presteza e prioridade as solicitações emergenciais de limpeza formuladas pela Administração, especialmente em situações que envolvam risco à higiene, segurança, salubridade, conservação patrimonial ou regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas, providenciando a imediata execução dos serviços necessários à regularização da ocorrência.

5.10.6. A contratada deverá orientar os empregados vinculados à execução contratual para que comuniquem imediatamente ao Gestor ou Fiscal do Contrato quaisquer situações atípicas, atitudes suspeitas, ocorrências incomuns ou fatos que possam representar risco à segurança das pessoas, das instalações ou do patrimônio público, observados os limites de suas atribuições e sem exposição desnecessária a situações de risco.

5.10.7. Deverá, ainda, orientar os empregados para que informem imediatamente à fiscalização contratual quaisquer irregularidades verificadas nas dependências da Câmara Municipal que possam comprometer a adequada conservação, segurança, higiene ou funcionamento das instalações, equipamentos e ambientes, incluindo, dentre outras situações, vazamentos em torneiras ou sifões, dispensers danificados, lâmpadas queimadas ou piscando, tomadas soltas, fios desencapados, vidros ou fechaduras danificados, problemas em portas e travas de banheiros, válvulas de descarga defeituosas, assentos sanitários danificados e demais ocorrências constatadas durante a execução dos serviços.

5.10.8. A fiscalização contratual poderá determinar a correção, complementação ou refazimento dos serviços executados em desacordo com os



**República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

padrões mínimos de qualidade exigidos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.11. Documentação Trabalhista e Obrigações Relativas à Execução Contratual:

5.11.1. Além das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no Edital e no contrato administrativo, a contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato, para fins de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, a seguinte documentação:

5.11.1.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, em até 15 (quinze) dias do início da execução contratual:

- a) Ficha com os dados do empregado vinculado à execução contratual, contendo, no mínimo, nome completo, cargo ou função, horário de trabalho, escolaridade, data de nascimento, número da Carteira de Identidade – RG e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS do empregado admitidos para execução dos serviços, devidamente assinada pela contratada;
- c) exames médicos admissionais/periódicos dos empregados vinculados à execução contratual;
- d) ficha de entrega de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, devidamente assinada pelos empregados;
- e) programas da medicina do trabalho (PGR, PCMSO, LTCAT) e ordem de serviço elaborada pela medicina do trabalho;
- f) ficha de entrega de uniformes, devidamente assinada pelos empregados;
- g) declaração de responsabilidade exclusiva da contratada quanto à quitação dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais decorrentes da execução contratual.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

5.11.1.2. Mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês, juntamente com a nota fiscal/fatura:

- a) folha ponto do empregado vinculado à execução contratual, compreendendo o período entre os dias 25 (vinte e cinco) do mês anterior e 25 (vinte e cinco) do mês de competência;
- b) comprovante de inscrição e situação cadastral ativa no CNPJ, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias;
- c) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) Preferencialmente, boleto bancário para pagamento

5.11.1.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente à prestação dos serviços:

- a) comprovante de pagamento salarial ou cópia da folha de pagamento/contracheque do empregado vinculado à execução contratual, devidamente assinado ou acompanhado de comprovante de depósito bancário;
- b) comprovantes de fornecimento de vale-transporte, vale-alimentação e demais benefícios previstos em lei ou em Convenção Coletiva de Trabalho;
- c) comprovantes de recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias incidentes sobre os empregados vinculados à execução contratual;
- d) comprovantes de realização de cursos, treinamentos ou reciclagens eventualmente exigidos pela legislação ou pela Administração.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

5.11.1.4. Em caso de desligamento de empregado vinculado à execução contratual:

- a) termo de rescisão do contrato de trabalho, devidamente homologado, quando exigido pela legislação aplicável;
- b) comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS incidentes sobre a rescisão contratual;
- c) extrato dos depósitos realizados na conta vinculada do FGTS do empregado desligado;
- d) exame médico demissional do empregado desligado.

5.11.2. A fiscalização exercida pela Administração quanto à documentação trabalhista não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pelo cumprimento de todas as obrigações legais decorrentes da execução contratual.

5.12. Obrigações da Contratante:

5.12.1. Compete à Câmara Municipal de Vereadores de Itá cumprir pontualmente os compromissos financeiros assumidos com a contratada, observadas as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato administrativo. Caberá à Administração designar gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, controle e fiscalização da adequada execução dos serviços prestados pela contratada.

5.12.2. A Câmara Municipal deverá proporcionar condições adequadas para execução dos serviços, incluindo disponibilização de água, energia elétrica e instalações sanitárias necessárias ao desempenho das atividades contratadas, bem como disponibilizar local adequado para guarda de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios utilizados na execução contratual, quando necessário.

5.12.3. Compete, ainda, à Administração manter as comunicações relacionadas à execução contratual, preferencialmente, por escrito, ressalvadas situações emergenciais que demandem comunicação imediata, bem como



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, para fins de regularização.

5.12.4. A fiscalização contratual deverá acompanhar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais relacionadas aos empregados vinculados à execução contratual, observando as disposições previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

5.12.5. A Câmara Municipal reportar-se-á exclusivamente ao preposto ou aos responsáveis formalmente indicados pela contratada, sendo vedado o exercício de poder de mando diretamente sobre os empregados vinculados à execução contratual, ressalvadas as solicitações relacionadas à adequada execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.

5.12.6. Compete também à Administração proceder ao recebimento e conferência da documentação apresentada pela contratada para fins de fiscalização contratual e processamento dos pagamentos, bem como acompanhar a qualidade dos serviços executados, podendo determinar a correção, complementação ou refazimento das atividades realizadas em desacordo com os padrões mínimos de qualidade exigidos.

5.13. Obrigações da Contratada:

5.13.1. Executar os serviços em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, do Edital, do Contrato Administrativo e da legislação aplicável.

5.13.2. Garantir a continuidade da prestação dos serviços.

5.13.3. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, tributária, fundiária, ambiental, sanitária e de segurança e medicina do trabalho, bem como a Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria profissional.

5.13.4. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

5.13.5. Zelar pelo patrimônio da Câmara Municipal, comunicando imediatamente ao fiscal do contrato quaisquer irregularidades, danos, defeitos, vazamentos, falhas em equipamentos ou outras ocorrências constatadas durante a execução dos serviços.

5.13.6. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

5.13.7. Apresentar à fiscalização, sempre que solicitado, os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais, trabalhistas, previdenciárias e fundiárias.

5.13.8. Utilizar adequadamente os materiais de limpeza e insumos fornecidos pela Contratante, evitando desperdícios e observando as recomendações dos fabricantes.

5.13.9. Cumprir as orientações e determinações emitidas pela fiscalização contratual, desde que compatíveis com o objeto contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no instrumento contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a Câmara Municipal de Vereadores de Itá e a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por escrito, admitindo-se a utilização de correio eletrônico, aplicativos de mensagens institucionais ou outros meios formais de comunicação que permitam o adequado registro das informações e solicitações relacionadas à execução contratual.

6.3. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços caberão à servidora designada como gestora de contratos por meio da Portaria nº 056/2023, Poliana Marieli Peri, bem como à servidora Dileia Marta Scheffler, indicada no Plano de Cargos como fiscal de contratos, competindo às referidas servidoras



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

acompanhar, controlar e fiscalizar a adequada execução dos serviços, nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução contratual, verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, registrar todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços e adotar as providências necessárias à regularização de falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais eventualmente identificados.

6.5. O fiscal do contrato poderá emitir notificações à contratada para correção de falhas verificadas na execução contratual, estabelecendo prazo razoável para regularização, bem como comunicar ao gestor do contrato situações que demandem providências administrativas, aplicação de penalidades ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

6.6. Compete ao gestor do contrato acompanhar os registros realizados pela fiscalização contratual, coordenar o processo de acompanhamento da execução contratual, promover os encaminhamentos administrativos necessários e adotar as providências cabíveis para saneamento de irregularidades, aplicação de sanções, formalização de termos aditivos, apostilamentos ou demais medidas relacionadas à gestão do contrato.

6.7. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada quanto à execução dos serviços, aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários decorrentes da contratação, tampouco quanto aos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

6.8. A contratada deverá manter preposto formalmente indicado e aceito pela Administração durante toda a execução contratual, competindo-lhe representar a empresa perante a Câmara Municipal e atender prontamente às solicitações formuladas pela fiscalização contratual.

6.9. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais da contratada, poderão ser exigidos, dentre outros



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

documentos e informações documentos complementares relacionados ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho, comprovantes relacionados ao fornecimento e substituição de uniformes, EPIs, equipamentos e demais itens necessários à execução contratual e demais documentos pertinentes à adequada fiscalização do contrato.

6.10. A fiscalização contratual deverá observar, dentre outros aspectos o comparecimento regular do empregado vinculado à execução contratual e o cumprimento da jornada de trabalho estabelecida, a adequada utilização de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, a qualidade dos serviços executados, o cumprimento das rotinas de limpeza, conservação e higienização estabelecidas neste Termo de Referência, a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a vigência contratual, a observância das normas trabalhistas, previdenciárias, sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis à contratação.

6.11. Os serviços prestados serão inicialmente recebidos de forma provisória, no prazo de até 10 (dez) dias corridos da apresentação da Nota Fiscal, pelo fiscal do contrato, para fins de verificação de sua conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.12. Constatada qualquer irregularidade, falha ou execução em desacordo com as condições contratuais, a contratada será notificada para promover a regularização, correção, complementação ou refazimento dos serviços, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.13. Não havendo pendências a serem sanadas, o recebimento definitivo dos serviços ocorrerá, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, mediante atesto da execução contratual pelo fiscal do contrato, observadas as disposições previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.



**República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será realizado pela Câmara Municipal de Vereadores de Itá, observada a ordem cronológica de pagamentos e as disposições legais aplicáveis, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica ou documento equivalente, devidamente atestado pelo fiscal do contrato.

7.2. Deverão acompanhar a nota fiscal os documentos exigidos para fins de fiscalização contratual, especialmente aqueles relacionados à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e fundiária da contratada, bem como demais documentos eventualmente exigidos neste Termo de Referência. Preferencialmente, deverá ser apresentado boleto bancário para fins de processamento do pagamento.

7.3. O pagamento será efetuado, sempre que possível, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente à prestação dos serviços e à apresentação regular da documentação exigida, condicionando-se ao efetivo atesto da execução contratual pela fiscalização responsável.

7.4. Compete exclusivamente à contratada a responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações incidentes sobre a execução contratual, podendo a Administração realizar as retenções tributárias legalmente previstas, quando cabíveis.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de inadimplência contratual, aplicação de penalidade administrativa ou ausência de documentação obrigatória exigida para fins de fiscalização contratual.

7.5. Também não será efetuado pagamento pelos serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, hipótese em que a contratada deverá promover, sem ônus adicional para a Administração, a regularização, correção, complementação ou refazimento dos serviços rejeitados pela fiscalização contratual.



**República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço global, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.

8.2. Poderão participar do certame as empresas legalmente constituídas que possuam atividade econômica compatível com o objeto da contratação e que comprovem o atendimento às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório.

8.3. A seleção da proposta mais vantajosa para a Administração considerará, além do menor preço ofertado, o atendimento integral às especificações técnicas, condições de execução, exigências trabalhistas, requisitos de qualificação técnica e demais critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

8.4. Os licitantes deverão apresentar proposta compatível com as exigências do objeto, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução contratual, incluindo mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, fornecimento de uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, administração, supervisão, seguros, equipamentos, ferramentas e demais despesas inerentes à prestação dos serviços.

8.5. A habilitação dos licitantes ocorrerá mediante análise da documentação exigida no edital, sendo considerados habilitados aqueles que atenderem integralmente às exigências estabelecidas pela Administração.

8.6. Para fins de qualificação técnica, os licitantes deverão comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, nos termos definidos no edital.



**República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

8.7. O procedimento licitatório observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, competitividade, julgamento objetivo, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS:

9.1. A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em conformidade com as disposições do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante utilização combinada de diferentes parâmetros de pesquisa de preços, visando assegurar que os valores estimados sejam compatíveis com os praticados no mercado e adequados às peculiaridades da contratação pretendida.

9.2. Para formação da estimativa de preços foram utilizados, de forma combinada, os seguintes parâmetros previstos no §1º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- Composição de custos unitários e preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- Contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública;
- Pesquisa direta com fornecedores atuantes no ramo de prestação de serviços de limpeza e conservação.

9.3. A utilização conjunta dos parâmetros mostrou-se necessária considerando as características específicas do objeto, especialmente por se tratar de serviço contínuo de limpeza e conservação predial, cuja composição de custos sofre influência direta de fatores como convenção coletiva da categoria profissional,



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

encargos trabalhistas, carga horária exigida, custos operacionais regionais e peculiaridades do local de execução dos serviços.

9.4. A pesquisa mercadológica contemplou análise de contratações similares realizadas por órgãos públicos, bem como cotações fornecidas diretamente por empresas especializadas na prestação de serviços de limpeza e conservação predial, garantindo maior aderência da estimativa à realidade do mercado regional.

9.5. Foram considerados, para composição da média estimada, os seguintes valores mensais referenciais:

COTAÇÃO 01	
Câmara Municipal de Jardinópolis/SC	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de forma contínua, de 01 serviços gerais para limpeza, conservação, higienização e asseio diário de copa e conservação da sede da Câmara de Vereadores.
Data:	07/05/2026
Custo Mensal 1: R\$ 2.765,40	
COTAÇÃO 02	
Câmara Municipal de Taió/SC	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio diário das instalações da Câmara de Vereadores de Taió, sendo 20 (vinte) horas semanais / 4 (quatro) horas diárias.
Data:	02/06/2025
Custo Mensal 2: R\$ 3.210,95	
COTAÇÃO 03	
DJN Serviços	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de limpeza, asseio, conservação e higienização.
Data:	18/05/2026
Custo Mensal 3: R\$ 3.800,00	
COTAÇÃO 04	
Brilho Serviços de Limpeza	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de limpeza, asseio, conservação e higienização.
Data:	18/05/2026
Custo Mensal 4: R\$ 3.800,00	



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

COTAÇÃO 05	
Condoclean	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de limpeza, asseio, conservação e higienização.
Data:	19/05/2026
Custo Mensal 5: R\$ 3.480,00	

9.6. A partir da análise dos valores obtidos, apurou-se valor médio mensal estimado de R\$ 3.411,27 (três mil, quatrocentos e onze reais e vinte e sete centavos) para execução dos serviços pretendidos.

9.7. Considerando a vigência inicial estimada da contratação de 12 (doze) meses, o valor total estimado da contratação corresponde a R\$ 40.935,24 (quarenta mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos), conforme demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant	Valor estimado mensal	Valor estimado total
1	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, mediante fornecimento de mão de obra, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços, com carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais.	Mensal	12	R\$ 3.411,27	R\$ 40.935,24

9.8. Registra-se que os documentos utilizados para composição da pesquisa de preços, incluindo consultas ao PNCP, contratações similares e cotações obtidas junto a fornecedores, encontram-se devidamente anexados ao processo administrativo, constituindo suporte documental da estimativa apresentada.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. A presente contratação encontra-se compatível com o Plano de Contratações Anual – PCA da Câmara Municipal de Vereadores de Itá para o exercício de 2026, elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, estando a demanda devidamente alinhada ao planejamento institucional do Poder Legislativo Municipal.

10.2. O Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026 encontra-se disponível para consulta pública no Portal Oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, por meio do endereço eletrônico <https://www.camaraita.sc.gov.br/imprensa/transparencia/Plano-de-Contratacoes-Anual/1/2026>.

10.3. A despesa decorrente da futura contratação possui previsão na Lei Orçamentária Anual – LOA, instituída pela Lei Municipal nº 2.843, de 24 de outubro de 2025, correndo à conta da dotação orçamentária destinada à manutenção das atividades legislativas, conforme classificação orçamentária 3.3.90.00.00.00.00 – Ação 2001 – Referência 374.

10.4. A contratação pretendida observa, ainda, as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente quanto à existência de previsão orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da execução contratual.

10.5. Dessa forma, verifica-se que a contratação possui adequação orçamentária e financeira, compatibilidade com o planejamento institucional da Câmara Municipal e observância aos princípios do planejamento, responsabilidade fiscal, eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos previstos na legislação vigente.

Itá/SC, 08 de junho de 2026.



República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

Dileia Marta Scheffler

Ass. Serviços Gerais